

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária, AGO, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
2 **Adolescente (CMDCA) de Santos, realizada aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte,**
3 **com início às oito horas e trinta minutos em segunda chamada,** através de videoconferência por meio
4 do link: <https://join.skype.com/AaQD7XFfW0ei>. Participantes: Verificação da lista de presença acostada a
5 esta ata, que foi feita oralmente e também com registros no chat em relação aos convidados. Iniciada a
6 reunião, a senhora Presidente, Suzete Faustina dos Santos cumprimenta os presentes, faz a chamada dos
7 conselheiros de direito e coloca em pauta os itens a serem discutidos para a referida assembleia: **1.**
8 **Apreciação e deliberação das atas das assembleias anteriores. 2. Relatos da Diretoria Executiva. 3.**
9 **Relato dos representantes dos Conselhos e Comissões. 4. Deliberação e Aprovação para confecção dos**
10 **gibis. 5. Constituição da Comissão para acompanhamento do Projeto Papo Reto em conformidade com**
11 **a RN 336/2020 – CMDCA. 6. Relatos apadrinhamento afetivo. 7. Informes – Itau Social /Capacitação**
12 **‘ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA’’. 8. Relato das Câmaras Setoriais. 9 Assuntos Gerais. Item um –**
13 **Apreciação e deliberação das atas das assembleias anteriores, referentes ao mês de outubro (uma AGE**
14 **e outra AGO).** As atas foram enviadas antecipadamente para análise e indicação de possíveis correções. Na
15 ausência de manifestos as mesmas foram aprovadas. **Item dois - Relatos da Diretoria Executiva.** A)
16 Mapeamento das Escolas Estaduais. Alunos que não estão frequentando aulas on-line. Apresentado o
17 documento reenviado pela Diretoria de Ensino com a quantidade de alunos infrequentes, pois ficou uma
18 dúvida se a quantidade se referia a alunos das quatro cidades que englobam a Diretoria de Santos ou se
19 somente ao município de Santos. O número é de 2973 alunos, nos três níveis de ensino e a Diretoria informa
20 que todos os esforços então sendo envidados para que os mesmo comecem a acessar de forma remota ou
21 compareçam as escolas para retirada das atividades de forma presencial, conforme informação via ofício nº
22 0316/2020, parte integrante desta ata. O Senhor Edmir Santos, solicitou que fosse perguntado ao Senhor João
23 Bosco, Dirigente Regional de Ensino Região Santos, se as escolas estão abertas para atender os alunos que
24 não tem acesso a meios eletrônicos e se estão sendo providenciadas atividades de reforço escolar. A Senhora
25 Suzete Faustina informou que algumas escolas, em especial as de Período Integral, continuaram a atender os
26 alunos, praticamente, sem interrupção. O Senhor Edmir propôs que fossem feitas faixas, folders, numa
27 campanha maciça no sentido de conscientizar alunos e suas famílias da importância também das aulas on-
28 line com a intenção de trazê-los de “volta” as unidades escolares qualquer que seja a modalidade. Acredita-se
29 que é uma batalha árdua e que é preciso já se pensar no ano que vem de que forma essas defasagens podem
30 ser recuperadas. B) Projeto “Realidades na Pandemia” da Associação Tia Egle, que via ofício solicitou uma
31 nova oportunidade de revisão do projeto já reapresentado e discutido na assembleia extraordinária do mês de
32 outubro e que por deliberação da comissão foi considerado como prescrito. O Senhor Igor Perroni, falando
33 pela comissão, disse que tomaram conhecimento que uma semana após a assembleia ordinária foi recebido o
34 referido ofício. Enfatizou que foi enviado ofício para a entidade com todas as instruções e diferentemente
35 da(s) outra(s) entidade(s), não houve nenhum comunicado que amparasse o pedido de prorrogação oficiado
36 posteriormente. E que desta forma consideravam o ofício não procedente, visto o prazo extemporâneo e por
37 coerência de ações com as demais entidades que já haviam apresentado projetos anteriormente. Diante do
38 exposto a comissão corroborou as palavras do Sr. Igor Perroni, mantendo-se a decisão da comissão e o
39 referendo anterior da assembleia. Na ausência de manifestos na presente assembleia, foi mantida a decisão
40 de prescrição do prazo. O Sr Arnaldo da Silva Santos, assistente social representando o Projeto Tia Egle,
41 concordou com a decisão ratificada nesta assembleia. Também se comprometeu a fazer com quem o projeto
42 tenha maior representatividade/participação dentro do Conselho. A Senhora Suzete Faustina, informou que é
43 de extrema importância a participação da entidade nas ações, ainda mais considerando que está numa região
44 de altíssima vulnerabilidade social, sendo importante acompanhar e também serem acompanhados pelo
45 CMDCA. Foi proposto que houvesse uma troca de representatividade para que o Sr. Arnaldo passasse a ser o
46 conselheiro representante da entidade no CMDCA e acompanhar todas as atividades. C) Recebimento de
47 Ofício do Projeto Culturando/ Mãos entrelaçadas para retorno das atividades em janeiro. Foi deliberado na
48 reunião da diretoria executiva que o plano de ação fosse protocolado até o dia 16, do corrente mês, para que
49 pudesse passar pela Câmara de Planejamento e retornar à diretoria executiva, para deliberação no mês de
50 dezembro. D) Recomposição da comissão avaliadora dos projetos referentes ao período da pandemia,
51 publicada no DOM de 15 de outubro de 2020. E) Capacitação Escuta Especializada, a iniciar-se na próxima
52 segunda-feira e compreendendo todas as segundas do mês de novembro. Foi deliberado, em assembleia
53 anterior, a participação de 70 pessoas, incluindo Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito,
54 profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social e técnicos do Ministério Público Estadual(dois). Foi
55 informado que quem tivesse 80% de presença terá certificação; A plataforma utilizada será Google met e os
56 e-mails precisariam ser individuais para computo de presenças. Sobre a implantação do programa na cidade

57 será uma situação a ser discutida com o Judiciário, mas que independente da implantação é uma
58 aprendizagem a mais para todos, visto que há necessidade de ouvir as pessoas vitimas da violência sexual de
59 outra forma, sem que haja revitimização. Chamou-se a atenção para a necessidade de quem participa de
60 formações também replicador e não somente adquirir conhecimentos Visando este olhar, nesta formação
61 sobre Escuta Especializada, já foi pedido que os envolvidos fossem pessoas com desenvoltura e facilidade
62 de multiplicar conhecimentos/informações em seus ambientes de trabalho. A Senhora Claudia Diegues
63 chamou a atenção para o quanto é importante à mescla de pessoas dos diversos serviços, como a participação
64 de técnicos do judiciário, nas diversas formações promovidas pelo município, sempre que possível. O
65 Senhor Edmir Nascimento lembrou que é sempre bom solicitar aos secretários que enviem, também, pessoas
66 que tenham atuação direta junto à crianças e adolescentes. Foi citado o e-mail recebido do Senhor. Juiz da
67 Vara da Infância e Juventude, Dr. Evandro Pereira, citando o artigo 18 do Decreto sobre Escuta Especializada
68 , que prevê a formação de comissões temáticas sobre o assunto e sugerindo a análise do modelo de comissão
69 existente na cidade de Presidente Prudente. F) Lei 3652/DOM 12-12- 2019 - Registro nos prontuários de
70 atendimentos das gestantes usuárias de álcool e droga. Para discussão dos aspectos diversos da lei, está
71 prevista para o dia 23, uma audiência pública sobre o assunto. Foi apresentado o boletim com dados
72 referentes ao que versa a lei. Foi ainda falado sobre a reunião ocorrida no mês de setembro, dia 17, na SMS
73 para explicar a dinâmica da lei e solicitar apoio aos órgãos afins na análise e consolidação da Lei. Foram
74 informados os dados referentes ao primeiro boletim – SMS com dados sobre o assunto e que ficarão a
75 disposição para quem quiser consultar. O Senhor Igor Perroni, informou que ele e a Senhora Raquel
76 Rolemberg, estiveram presentes a reunião do dia 17 e que muitos prós e contras foram colocados na mesma
77 e sentiram uma resistência muito grande de um determinado conselho, quando a possibilidade de exposição
78 das mulheres. Ambos colocaram de maneira positiva a importância de ter os dados, pois em 2019 só havia
79 registro de uma mulher nesta situação e quem em seis meses, com a implantação da lei o número subiu para
80 38, ficando acordado que haveria outros encontros para ajustes na lei, com montagem de calendário de
81 encontros para as discussões, tendo como primordial o como evitar a exposição e rotulação das gestantes
82 nestas condições. Outro fato foi a reclamação do COMAD, na reunião, de não ter sido consultado quando da
83 elaboração da lei. O Sr. Edmir Nascimento, informou que nas reuniões, Grupo de Estudos do COMAD, foi
84 colocado além desta reclamação, as indagações do que está sendo feito com estes dados e isso motivou a
85 audiência pública a ocorrer no dia 23 de novembro, cuja forma e horário serão posteriormente divulgados. O
86 Senhor Igor Perroni, que cada um falava apenas da visão particular de sua secretaria em detrimento da visão
87 do todo. Foi lembrado que é preciso que as pessoas que fizeram parte da discussão inicial precisariam estar
88 presentes à reuniões, mas conforme foi explicado houve um descompasso na participação em razão da
89 reunião ser presencial e embora todos os cuidados quando as medidas sanitárias fossem tomados, muitos
90 abstiveram-se em participar. Mas independente de qualquer contratempo, é preciso que todos se apropriem e
91 tenham visão ampla, além de suas secretarias, para aplicação da lei de forma produtiva, com as devidas
92 articulações entre os serviços, que talvez possa ser feita através do CMDCA, conforme sugestão do Sr. Igor
93 Perroni. A Senhora Roselaine Gama, falou da falta de participação das secretarias na comissão composta pelo
94 COMAD e muitas vezes, a discussão fica restrita ao CMDCA e a o FDCA, que sempre se fazem representar.
95 O Sr Edmir Nascimento ressaltou que parecia que as pessoas estavam mais atentas a questão da multa do
96 que a resolatividade/aplicabilidade da legislação em si. G) Sobre questionamentos complementares feitos a
97 Presidência da Fundação Casa, quanto a destinação e preservação do equipamento, lotação das Fundações
98 para onde os menores foram transferidos e disponibilidade de vale transporte para as famílias visitarem seus
99 entes. No dia 20 de outubro, recebemos o ofício 592/2020, acostado a esta ata, na pessoa do Senhor
100 Fernando José da Costa, presidente recém-nomeado da Fundação Casa do Estado de São Paulo com as
101 seguintes informações: quando a destinação do imóvel - g1) o mesmo continua a disposição e apto para o
102 mesmo uso anterior se houver demanda de cumprimento de medidas por adolescentes;g2) existência de
103 vigilância patrimonial no espaço, 24 horas;g3) capacidade de atendimento da Fundação CASA São Vicente,
104 capacidade 96 /lotação55 e Guarujá, capacidade 88/ lotação 23, estando as mesmas com a lotação reduzida
105 e não ocasionando superlotação com a transferência dos menores de Santos para estas duas unidades e g4)
106 quanto ao vale transporte - informou que foi feita uma logística de distribuição para que ficassem próximos
107 as suas residências e com as medidas de quarentena, as atividades e visitas estavam restritas com vistas a
108 evitar possíveis contaminações e que os contatos com as famílias estavam sendo feitos por vídeo chamadas.
109 Havendo necessidade, a Fundação fornecia vale transporte para as famílias quando em visita presencial. H)
110 Sobre o Edital de Projetos, foi informado que o mesmo será publicado no DOM do dia 06 de novembro. I)
111 Relato sobre as Organizações Sociais que não apresentaram plano de trabalho para continuar em posse de
112 bens permanentes, adquiridos com recursos do FMDCA. Num aparte o Senhor Edmir Nascimento confirmou

113 audiência pública acima mencionada para o dia 23/11 às 15h, com possibilidade de ser remota. Foi solicitada
114 a inversão de Pauta, antecipando o **item 05 - Constituição da Comissão para acompanhamento do**
115 **Projeto Papo Reto em conformidade com a RN 336/2020.** Em relação a discussão propriamente dita do
116 item, houve antes manifestações da Senhora Maria Izabel Calil Stamato e do Senhor Edmir Santos
117 Nascimento, sobre a demora de tramitação de processos em algumas esferas, fato que tem gerado muitos
118 questionamentos e cobranças ao Departamento de Articulação. Sobre a formação da constituição assembleia,
119 em sua maioria, optou por independente da finalização de tramitação do processo, estabelecer comissão,
120 observando as ressalvas pertinentes e de acordo com a Lei 13019/2014. Por decisão da Assembleia ficou
121 estabelecido que a comissão seja composta por quatro pessoas, na seguinte conformidade: um representante
122 do governo (indicado pelo governo) e no mínimo dois da sociedade civil. Apresentaram-se para compor a
123 referida comissão: Igor Braga Perroni, Edmir Santos Nascimento, Claudia Diegues Krawczuk, Raquel
124 Rolemberg Souza. Sendo que estas pessoas não estiveram na composição da diretoria da associação
125 proponente nos últimos cinco anos e nem mantiveram outro tipo de relação jurídica com a mesma, a exceção
126 do Sr. Edmir Nascimento cuja situação será pesquisada, visto que já esteve como Presidente da APASEM e é
127 preciso precisar se já faz mais de cinco anos. Comprovado o não impedimento do Sr. Edmir Nascimento, as
128 quatro pessoas da sociedade civil que se propuseram a fazer parte da comissão foram mantidas, cabendo
129 apenas a indicação do representante por parte do governo. Voltando ao **item 03 - Relatos dos representantes**
130 **dos Conselhos e Comissões.** Os Conselheiros Tutelares reclamaram da falta de motorista, informando que a
131 demanda do Conselho aumentou, visto o volume de notificações, em especial por parte das escolas, como o
132 advento da pandemia. Foi explicado que há uma deficiência de motoristas em razão do número de
133 afastamentos por idade, e/ou outras comorbidades que os impedem de exercer funções laborais, fato que vem
134 carecendo de organização dos serviços em todos os setores mas que, dentro do possível, as solicitações não
135 deixam de ser atendidas e a SEFROT também tem auxiliado para equalizar/atender as situações urgentes.
136 Os motoristas que prestam serviços tem informado que inúmeras vezes só são acionados próximo ao horário
137 de almoço, ficando com manhãs ociosas. Os mesmos estão instruídos para atender as solicitações urgentes
138 em qualquer horário, independente de almoço, caso não possa ser realizado o serviço em horário após. O
139 Conselheiro Kaio colocou que estão recebendo muitas FICAI's neste final de ano e que não darão conta de
140 fazer os atendimentos. O conselheiro Marcos corroborou a fala do Conselheiro Kaio e explicou que devido a
141 demanda, as reuniões de Rede também estão prejudicadas, pois não há tempo hábil, para fazer reuniões
142 individuais do Rede Família, que há dificuldade em marcar as reuniões on-line, porque tem-se recebido um
143 grande número de infrequências por parte das escolas e que eles estão tendo que fazer as reuniões com vários
144 conselheiros ao mesmo tempo, de forma grupal. Falou também da dificuldade dos técnicos dos serviços de
145 referencia em estarem participando de tantas reuniões. Na sequência o Sr. Edmir nascimento deu a sugestão
146 de uma experiência vivenciada quando foi conselheiro, de fazer um mutirão, diante da impossibilidade de
147 atender individualmente os casos. O mutirão teria foco nos casos gravíssimos, como atualmente a
148 infrequência escolar. A proposta seria a seguinte : reunir, em algum lugar apropriado, umas 50 pessoas, fazer
149 uma orientação aos pais sobre o dever parental de cada um, com assinatura de um termo e posterior
150 monitoramento. O Conselheiro André, Zona Leste, ressaltou que é preciso discutir com a Educação, porque
151 tem vindo muitas notificações sem o cumprimento da RN 324/2019 e isso toma o tempo deles de forma
152 infrutífera, pois fazendo as verificações, observam que não estão sendo cumpridas as buscas necessárias
153 para o posterior envio. Classifica a atitude, como se fosse um desencargo de uma cobrança que estão
154 sofrendo, que precisam dar uma resposta e por conta disto acabam levando ao Conselho Tutelar sem o
155 cumprimento das etapas. Afirmou que vem sendo explicado para as equipes da Educação, que vir para eles
156 tem que ser em último caso, depois de esgotados todos os meios, possibilidades de reverter à problemática.
157 Classifica ser lamentável que os orientadores não tenham conhecimento(?) desta resolução. Falou sobre a
158 questão dos carros que é fato anterior à pandemia e que não é dada a devida atenção ao caso. Falou também
159 da questão de solicitação do apoio da Guarda Municipal em cada base, onde estão tendo problemas não só
160 com os municípios atendidos, mas também com os moradores em situação de rua que por ventura ficam
161 próximos ao conselho e algumas vezes impedem a “saída” dos atendidos. A Senhora Raquel pediu a palavra
162 e iniciou os relatos da CEVISS, dando sugestão para marcar tempo para cada relato para que não haja
163 prejuízos as falas. Informou que a última reunião da comissão, foi no dia 17 de outubro e ressaltou a
164 presença maciça dos conselhos Tutelares, a continuidade do monitoramento do plano municipal de
165 enfrentamento a violência sexual. Informou que tiraram para cada mês fazerem o monitoramento dos planos
166 de forma alternada CEVISS, CMPETI. Analisando o eixo de capacitação observaram a importância do
167 “Olhar em Rede”. Analisando o eixo da capacitação, aproveitaram o momento para dar devolutiva sobre o
168 Projeto Itaú Social, com andamento para 2021 conforme cronograma já discutido com a Instituição

169 proponente, Sedes Sapientiae. Também foi apresentada a proposta de alteração do decreto da CEVISS, que
170 não é uma solicitação nova, mas que só agora conseguiram se debruçar sobre a mesma. Enfatizou a
171 defasagem nas representatividades das secretarias e trouxe a proposta, aprovadas em plenária, com a
172 formação de uma mesa diretora. Essa proposição está no artigo oitavo da reformulação, o objetivo e
173 descentralizar os trabalhos da comissão na figura da coordenação e secretário (a), devido à sobrecarga de
174 demandas. A proposta foi enviada para a Diretoria Executiva do CMDCA, para análise e deliberação em
175 assembleia. Outra questão levantada foi a necessidade de devolutivas dos encaminhamentos das reuniões
176 anteriores, para fazer um entrelaçamento de ações. Lembrou-se da questão do IML que até o presente
177 momento não tiveram devolutiva diante das problemáticas evidenciadas: o não deslocamento das famílias
178 para outra cidade, por questões relacionadas ao transporte e a não aceitação pelo IML do termo de
179 responsabilidade quando criança/adolescente não estão acompanhadas do responsável legal. Em não
180 havendo devolutiva ao CMDCA, sugeriu que fosse feito um ofício conjunto CMDCA/CEVISS reiterando a
181 questão. A Senhora Sandra Santos, colocou que a questão era encaminhar a votação da elaboração de ofício
182 CMDCA/CEVISS e ressaltou a autonomia dos Conselhos Tutelares em fazerem o encaminhamento de forma
183 independente. O Senhor Edmir propôs que a questão fosse também enviada ao CONDECA. A senhora
184 Raquel Cuellar disse que ia providenciar os documentos. Sobre os pontos principais do grupo de trabalho foi
185 a reaproximação com a DDM, solicitando uma reunião com este propósito. Feito o contato, por estar a
186 delegada titular de férias, a substituta não se sentiu a vontade para encaminhar a reunião. A comissão vai
187 aguardar o retorno da titular, em Dezembro, com intuito de fazer a reunião e também para tentar trazê-la
188 para o espaço das comissões. Mencionou que a comissão está centrada em duas questões atualmente:
189 PAIVAS e NIA-CA, com discussões de modo alternado. Trouxe a questão da dificuldade de diálogo entre o
190 PAIVAS e os Conselhos Tutelares, que tem como entrave o fluxo da saúde x cartilha fluxo CMDCA. Desta
191 forma avaliaram a necessidade de enviar um ofício para a saúde, para saber das memórias das reuniões e
192 encaminhamentos traçados. Sobre o fluxo da saúde que foi lançado de 2019/2020, torna-se conflitante com o
193 fluxo da Cartilha aprovado por este Conselho através de Resolução Normativa, o que causa desencontros de
194 informações e impactando no desenvolvimento dos trabalhos da rede de atendimento. Ressaltou a próxima
195 data da reunião e fez uma reflexão da necessidade dos Conselheiros ocupem os espaços das reuniões das
196 comissões, para que não haja fragmentação de ações. A senhora Sandra Santos, colocou que na ordinária
197 CEVISS/COMPETI, o representante da saúde na pessoa da Senhora de prenome Rose, falou sobre a
198 importância de qualificação dos profissionais da ponta, no que se refere ao tráfico de drogas por crianças e
199 adolescentes como forma de trabalho infantil. Tendo como sugestão oficinas com agentes de saúde do
200 CREAS e Tô Ligado. Falou da apresentação das Entidades Formadoras no Grupo de trabalho da CEVISS,
201 Pelo menos uma entidade se apresenta em cada reunião, com participação sempre de um agente do MPT. Um
202 dos questionamento foi sobre as fiscalizações diante do cenário de pandemia, objetivando saber o número de
203 adolescentes contratados e se as cotas estão sendo preenchidas. Também tem o objetivo de saber se tanto o
204 setor privado quanto o poder público estão cumprindo as questões das cotas. A Senhora Raquel informou que
205 o grupo está bastante participativo e que conta com os trabalhadores de ponta dos serviços dos CREAS.
206 **Item seis - Relatos apadrinhamento afetivo.** A Senhora Margareth, SEDS, fez o relato do
207 desenvolvimento do curso. Relatou que o projeto será apresentado na Assembleia do próximo mês, pois
208 ainda há necessidade de equalizar junto ao grupo alguns pontos ainda não equacionados, relacionados aos
209 espaços e afins. Ficou muito evidente a necessidade de capacitar a rede e da necessidade de supervisão ao
210 projeto. Achou que o formato tele foi muito produtivo e dinâmico, fato confirmado pela Senhora Claudia
211 Diegues. **Item quatro - Deliberação e Aprovação para confecção dos gibis.** Foi informado que o
212 *storyboard* já estava finalizado e que a próxima etapa seria a aprovação do orçamento para a confecção dos
213 gibis. O Valor ficou em R\$ 12.300,00 não houve objeção em relação ao valor, ainda mais considerando que a
214 ação está prevista no plano de ação aprovado no início do ano. Foi informado que tanto a CEVISS quanto o
215 COMPETI seriam chamadas para conhecimento, opinar sobre o conteúdo e formatação dos gibis, para
216 conclusão do projeto. A senhora Sandra falou da importância das campanhas de conscientização e do
217 material que recebe do SENADO/PLENARINHO colocando-os a disposição para fomentar as campanhas
218 de conscientização. Sobre as campanhas de conscientização foi solicitado que todos replicassem as
219 animações, cards e afins para o maior número grupos, em redes sociais para que atingir o maior número de
220 pessoas. **Item sete - Informes – Itaú Social /Capacitação ‘ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA’.** Sobre o
221 projeto do Itaú, foi solicitado que se iniciasse no ano que vem por questões de alteração da forma presencial
222 para on-line, o que ocasionou um retorno do processo a PGM e uma demora viabilizar junto ao instituto os
223 trâmites necessários para iniciar a capacitação. Da parte do Itaú não haverá nenhum problema, conforme
224 contato realizado com os mesmos, pois vão acatar a decisão da assembleia. Não houve objeção, da

225 assembleia, quanto a postergar o início do projeto para 2021. **Item oito - Relato das Câmaras Setoriais.** A
226 câmara de legislação na pessoa da Senhora Claudia Diegues, informou que a câmara de legislação está se
227 debruçando sobre questões do Projeto Papo Reto, decreto CEVISS e outros itens pertinentes a mesma.
228 Quanto as demais câmaras não houve reunião. **Item nove – Assuntos Gerais.** Apresentação do Sistema
229 Integrado de Atendimento, doravante SIA, programa que está sendo desenvolvido pelo DETIC e
230 tem por finalidade a integração de dados das Secretarias de Saúde, Educação e Desenvolvimento
231 Social, no que se refere a trajetória de crianças e adolescentes nos serviços da Prefeitura. O Senhor
232 Edmir Nascimento falou da necessidade de fazer uma reunião entre estas secretarias e os Conselhos
233 Tutelares para definição dos níveis/responsabilidade de acesso aos dados. O ideal é marcar uma
234 reunião com os coordenadores das secretarias em conjunto com o DETIC, para apresentação do
235 programam, visto que o mesmo será liberado em dezembro. A Senhora Claudia Diegues fez um
236 agradecimento sobre a presteza e colaboração do DETIC nas diversas solicitações feitas pelo
237 CMDCA. Foi informado o e-mail criado para recebimento de denúncias relativas ao Conselho
238 Tutelar, para que se pudesse ter um acompanhamento mais localizado e restrito por algumas
239 pessoas. Foi enfatizado que a função do DEARTI é receber as denúncias e fazer o encaminhamento
240 para o Gabinete da SEGOV, que remeterá para o GPM, seguindo o estabelecido na Lei
241 Complementar nº 1084 de 27 de dezembro de 2019 - Disciplina a apuração das infrações
242 disciplinares cometidas pelos conselheiros tutelares do município de Santos e publicada no DOM
243 de 30/12/2019. O e-mail será: cominq-dearti-ct@santos.sp.gov.br e após o período eleitoral será
244 amplamente divulgado. Deixa-se claro que este é mais um canal para as denúncias, que também
245 podem ser feitas pelos canais da ouvidoria e através do Ministério Público. A Senhora Claudia
246 Diegues informou que até amanhã, dia seis de novembro, estarão abertas as inscrições para as
247 entidades da sociedade civil que quiserem compor o CMDCA para a próxima gestão. A eleição será
248 no dia dezesseis de dezembro conforme resolução 02/2020 do Fórum Municipal da Criança e do
249 Adolescente, FMCAS. Sem mais nada a tratar, a senhora Presidente dá por encerrada a reunião, às 12h55 e
250 eu, Cristina de Almeida Vida M. Costa, primeira secretária, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e
251 pela senhora Presidente. Santos, 05 de novembro de 2020.

252

253

254

255 **SUZETE FAUSTINA DOS SANTOS**

Presidente

255 **CRISTINA DE ALMEIDA VIDA M. COSTA**

1ª Secretária

256